

## CONSIDERAÇÕES PRECÍPUAS EM TORNO DO PENSAMENTO ÉTICO MODERNO DE MAX WEBER

Rosa Alfredo Mechiço<sup>1</sup>

Rosa Nyankwave Khosa<sup>2</sup>

Arlindo Alberto Matavele<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo delinea alguns marcos teórico-práticos incontestes no pensamento ético moderno de Weber e toma-os como referências plausíveis e, por conseguinte, arquétipos da Ética por ele proposta. Conjuntamente, demonstra que o campo religioso cristão foi o terreno fértil para o estudo e consequente elaboração da ética weberiana na qual o espírito do capitalismo aparece como o elemento considerável. As diferenças patentes no modo de pensar e nas atitudes que, sem dúvidas, redundaram em enorme discrepância social, política e económica entre o norte e o sul da Alemanha da sua época constituem o lastro histórico e o leitmotiv por onde ergueu-se a reflexão ética de Weber.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ética, Espírito do Capitalismo, Moderno, Capitalismo.

## PRECIPOUS CONSIDERATIONS AROUND THE MODERN ETHICAL THOUGHT OF MAX WEBER

**ABSTRACT:** This article outlines some undisputed theoretical-practical frameworks in Weber's modern ethical thought and takes them as plausible references and, consequently, archetypes of Ethics proposed by him. Together, it demonstrates that the Christian religious field was the fertile ground for the study and consequent elaboration of Weberian ethics in which the spirit of capitalism appears as the considerable element. The differences in the way of thinking and attitudes that undoubtedly result in enormous social, political and economic discrepancy between the north and south of Germany of its time constitute the historical ballast and the leitmotiv through which Weber's ethical reflection was raised.

---

<sup>1</sup> Rosa Mechiço é Bacharel em Ciências de Educação (UCM), graduada em Ciências Religiosas (ISMMA), graduada e Mestre em Ensino de Filosofia e Doutora em Filosofia (UPM). Na Universidade Pedagógica de Maputo leciona disciplinas de Filosofia da Educação e didática e Filosofia I, II, III e IV. Endereço eletrónico: professorarosamechico@gmail.com.

<sup>2</sup> Rosa Nyankwave Khosa é graduada em História Política e Gestão Pública (UPM), Mestre em Desenho de Sistemas em Educação (UPM) e doutoranda em Educação/Currículo (UPM), Endereço electrónico: nyankwave@gmail.com.

<sup>3</sup> Arlindo Matavele é Bacharel em Filosofia e Ciências de Educação (Institut Supérieur Saint Jean Bosco de Kansebula/Kiputshi) e em Teologia (Institut de Théologie Saint François de Sales Lubumbashi), graduado em Planificação, Administração e Gestão Escolar (UPM), Mestrando em Educação Profissional (ISDB). Endereço eletrónico: arlindoalbertomatavele3@gmail.com.

**KEYWORDS:** Ethics, Spirit of Capitalism, Modern, Capitalism.

A presente redação é uma reflexão com intuito de configurar parte do que pode ser ponderado como algumas das balizas e, coincidentemente, eixo em torno do qual gravitou o pensamento ético moderno de Max Weber. Para tal, logo de início, é feita, de forma sucinta, a conceptualização dos termos ética, moderno, capitalismo e protestante, cujo pretensão, para além de trazer à tona o significado essencial de cada conceito, é, sobretudo, elucidar suas ideias iniciais e, concomitantemente, explicar praticáveis e/ou viáveis asserções de que implicações teóricas e práticas, decerto, há sempre que considerar. Posto isto, com vista a um entendimento mais ou menos adequado do assunto em pauta, apresentam-se os aspectos que se supõe terem sido os pontos de partida da sua ética, dentre eles as influências que estiveram na base do interesse e, por conseguinte, na concepção do seu ideal ético e, de modo igual, o situaram na elaboração do seu pensamento ético moderno, posto que, de uma e de outra forma, encontram-se profundamente integrados, racional e coerentemente concatenados nos ideais e objectivos da sua ética, mormente designado a ética protestante e o espírito do capitalismo, apresentam-se as suas linhas de força, a inquietação que para além de prelúdio também foi objecto para o desenvolvimento e manutenção fulcral da sua reflexão e apresentam-se os questionamentos fundamentais e proeminentes por ele avançados. De seguida, aduz-se a matriz da ética weberiana. Neste apontamento destaca-se a centralidade do moderno capitalismo ocidental e os factores que o impulsionaram, ainda no mesmo diapasão, faz-se referência ao espírito do capitalismo e às crenças religiosas na qualidade de aspectos que, sobremaneira, embasaram e sustentaram o posicionamento ético de Weber. Logo depois, abre-se um espaço onde, de forma despretensiosa, aponta-se a ética protestante como a base religiosa do ascetismo secular e, em função disso, são apresentados e explicitados os traços típicos do protestantismo ascético, nomeadamente: o decreto da predestinação, o decreto sobre a relação Deus e os homens e o decreto da vocação eficaz. Posteriormente, atento às interseções significativas e de suprema importância na ética weberiana essencialmente referentes à racionalidade, à ciência, ao desencantamento e à ambivalência na ética de Weber, traz-se, ao de cima, tópicos cujo reflexão assinala a

relevância da racionalidade na ética de Weber, estabelece a relação ética e ciência em Weber e focaliza a questão relativa ao desencantamento e ambivalência ética em Weber. A terminar apresenta-se uma síntese em volta dos assuntos aqui aludidos tendo como ponto central a ética protestante e o espírito do capitalismo moderno ocidental.

Antes de mais importa referir que o conceito ética “é um adjectivo substantivado em cuja origem etimológica encontramos dois termos gregos: *éthos* – costume, maneira (exterior) de perceber e no *êthos* – morada habitual, toca, maneira de ser, carácter” (AA. VV, 1999, pp. 334-335). Ora, das duas compreensões suscitadas e propostas por um e outro termos, na essência, está a matriz de duas concepções da ética: a concepção puramente descritiva de ciências de costumes e a expressamente normativa. Todavia, “dado que o *êthos* terá derivado de *éthos* podemos dizer que o termo ética recolhe a dupla significação sugerida por ambos termos sublinhando a vinculação ao sujeito que o termo *êthos* implica” (Id.).

O conceito moderno, é um adjectivo, cuja origem etimológica deriva do latim *modernu*. É atinente ao modernismo e, por conseguinte, “designa o carácter ou estado do que é novo, dos tempos mais recentes, próximos a nós, actuais” (AA. VV, 2000, p. 2001). De modo igual, é ligado à novidade, é de acordo com os costumes, hábitos e ideias novas e actuais, assim sendo, quebra com o antigo e o tradicional.

O conceito capitalismo refere-se a um sistema económico e social baseado no direito à propriedade privada, no lucro como objectivo principal da produção e no acúmulo do capital, ou seja, de riquezas. É, também, designado economia de mercado. De um modo geral, opera a partir das leis da livre iniciativa, da livre concorrência, das leis do mercado (da oferta e da procura), da instituição do trabalho assalariado ao invés da servidão e do controle dos sistemas produtivos seja por parte de proprietários privados quanto do Estado. Ao retratar o capitalismo a ideia que prevalece é a de que o mesmo teria surgido no Séc. XV, período de passagem da idade média para a moderna, como resultado da decadência do sistema feudal e advento da burguesia enquanto nova classe social. Comumente, existe unanimidade quanto ao facto de que o capitalismo conheceu sua consolidação graças às revoluções burguesas que tiveram lugar nos Séc. XVII e XVIII

assim como à revolução industrial que trouxera, como sua grande novidade e conquista, um novo modo de produção. Ora, é conveniente aludir que, historicamente, o capitalismo dividiu-se em comercial (pré-capitalismo), industrial e financeiro (monopolista).

O conceito protestante enquanto substantivo designa quem é adepto do protestantismo, isto é, a pessoa que professa a doutrina religiosa cristã diferente da católica, portanto, que segue a doutrina luterana, anglicana, calvinista, metodista, etc. Refere-se, ainda, a quem manifesta desaprovação, queixa, reclamação em relação a algo ou alguém, diz-se de quem realiza protesto posto que não se conforma. É adjectivo qualificado que se atribui aos movimentos cristãos que prorromperam posteriormente a reforma levada a cabo no Séc. XVI em diversos países da Europa. Destarte, dos movimentos protestantes surgiram diferentes grupos religiosos e igrejas cujo objectivo era modificar a estrutura e certos princípios da igreja católica. De entre os motivos que fomentaram a chamada reforma protestante destacam-se os seguintes: a renúncia ao grande poder do papa, a oposição à venda de indulgências e a pretensão de aproveitar as terras ociosas que a igreja católica detinha na grande maioria das regiões do mundo.

## **Pontos de partida da ética de Weber**

### Influências e obras

Maximilian Karl Emil Weber (21 de Abril de 1864) foi o primogénito dos oito filhos de uma família alemã de classe média. Seu pai foi advogado e parlamentar liberal alemão com uma posição política relevante no *establishment* político e sua mãe calvinista devota. Revela-se que estabeleceu diálogos profícuos com uma série de personalidades que frequentavam a sua casa, dentre os quais distinguem-se Theodor Mommsen, Georg Friedrich Treitschke, Wilhelm Dilthey e Heinrich von Sybel. No entanto, há que ressaltar o facto de que das suas leituras destacam-se os clássicos de obras históricas e filosóficas especialmente Arthur Schopenhauer, Immanuel Kant e Baruch Spinoza.

Para a aquisição do grau académico de Doutor na área jurídica (Doutor em direito) valeu-lhe a tese sobre as sociedades comerciais medievais (sendo que seu interesse era

relativo ao exame e percepção das operações do capital financeiro sobretudo na Alemanha, assim analisou as disposições legais que regulamentavam a iniciativa mercantil medieval) e a tese de habilitação sobre a história agrária romana. A bem dizer, a sua tese jurídica foi um enlace adequado entre o direito (abordagem dogmática jurídica) e a história (abordagem empírica). É, aqui, oportuno sublinhar que esta vinculação mútua, de um lado, e autónoma, de outro, influenciou e desempenhou um papel crucial em todas as suas abordagens científicas.

Por um tempo significativo exerceu a carreira de advogado e de professor universitário, no entanto, durante este período seus interesses, para além da área do direito, expandiram-se para as áreas de economia, sociologia e história. Parte considerável do seu trabalho como intelectual engajado (envolvido e comprometido com a actividade investigativa e académica) foi dedicado ao estudo do capitalismo, ao exame do processo chamado de racionalização e desencantamento do mundo. Paralelamente iniciou e dedicou-se, afincadamente, a um trabalho de análise compreensiva da situação problemática dos trabalhadores agrícolas nas regiões a leste de Elba, trabalho que lhe valeu elogios e, por consequência, notável influência política.

Um tempo depois, a retomada às leituras e ao estudo fizeram-lhe dedicar-se, de modo particular, ao comentário da grande obra de seu amigo Georg Simmel, *A filosofia do dinheiro* (1900). Esta actividade incentivou-lhe à produção escrita e publicação de um longo estudo metodológico em três partes, entre 1903 e 1906, de *Roscher e Knies e o Problema lógico da economia histórica* e, algum tempo depois, publicou, na qualidade de primeiro editorial, na *Archiv für sozialwissenschaften und sozialpolitik*, revista por si fundada e sob a sua direcção, o ensaio *Objectividade na ciência social* (1904), na qual expõe a sua teoria do tipo ideal e posteriormente publicou, em dois números, a *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904 e 1905). Em seguida publicou o ensaio *Estudos críticos na lógica das ciências culturais* (1905). Em 1909 tornou-se cofundador da associação alemã de sociologia conjuntamente com Ferdinand Tönnies, Georg Simmel e Werner Sombart e a partir deste evento assumiu-se como sociólogo. Nos últimos anos da Iª Guerra Mundial publicou parte importante dos seus trabalhos de sociologia da religião, chegando a asseverar que a religião é factor diferencial decisivo, embora não

exclusivo, entre as culturas ocidentais e orientais. Aparte isso, reconheceu o valor e a relevância de algumas qualidades exclusivas do protestantismo ascético como responsáveis pelo nascimento do capitalismo, da burocracia e do Estado racional e legal nos países ocidentais. Em 1918 aderiu ao partido democrático alemão e pouco antes da sua morte, em 14 de julho de 1920, entre os anos 1917 e 1919 realizou duas das suas mais famosas conferências – *A ciência como vocação e política como vocação*.

Weber foi jurista, economista, sociólogo e historiador. No contexto científico destaca-se como jurista, fundador da sociologia científica, sociólogo da religião e do direito, economista político, cientista político, historiador da antiguidade e fundador do método das ciências sociais a partir de bases teóricas e científicas. Note-se que, em virtude de sua tese de habilitação, conforme a alusão acima, é considerado especialista em questões agrárias (não tão-somente romanas).

## Linhas de forças

É necessário, no entanto, realçar que ao ler e reler os escritos de Weber é possível detectar referências explícitas que podem ser tomadas como suas linhas de força e/ou ideias preeminentes e significativas, a saber: burocracia, a ética protestante e o espírito do capitalismo, desencantamento do mundo, tipo ideal, individualismo, metodológico (construção metodológica), monopólio da violência, ética protestante do trabalho, racionalização e acção social. Observe-se que existe, também, um dado não menos importante e, em função disso, a não ser ignorado, que premeia e assinala a obra de Weber como um todo – a ligação, inequívoca e bastante incisiva, de enfoques normativos com dados empíricos, seguramente devido a sua base formativa de cunho jurídico e histórico. De certo modo, na reflexão em curso, a constatação de tais referências, de uma e de outra forma, leva à necessidade de explicitar, de forma concisa, o essencial a elas implicadas. Por ora, apenas ficar-se-á somente no anúncio das mesmas, sem que ao seu lado seja forçoso evidenciar quaisquer considerações aduzidas em relação às mesmas, muito menos comprovar os méritos à elas inerentes, porquanto essa tarefa será feita à medida que a reflexão se desenrolar. Outrossim, vale lembrar que a reflexão encetada não irá tecer considerações em torno de todas as referências acima enunciadas, mas somente a

algumas, pois a sua pretensão não é exaurir ou esgotar o pensamento ético de Weber, aliás essa tarefa não só revelar-se-ia impossível neste modesto ensaio, mas, acima de tudo, contraproducente.

Conforme se pode depreender, a sucessão (sequência) de ideias preeminentes acima exposta, as quais também são designadas linhas de força, concorre e contribui, de forma ímpar, para que a influência de Weber fizesse eco não tão-somente nas áreas do direito, da história e da sociologia, mas também fosse sentida nas áreas da economia, da filosofia, da ciência política e da administração.

## Inquietação

Atentando-se às estatísticas referentes as confissões religiosas alemãs, da devida análise, aponta que se observava maior desenvolvimento do capitalismo na parte sul do país que na parte norte. O Sul era prevalentemente protestante enquanto que o Norte preeminentemente católico. Da análise ressalta que “os dirigentes das empresas e os detentores de capitais, bem como as camadas superiores da mão de obra qualificada e, mais ainda o pessoal técnico e comercial altamente especificado das empresas modernas, são predominantemente protestantes” (WEBER, 1983, p. 14).

Na verdade, a presença e actuação proeminente dos protestantes em posições económicas de destaque comparativamente com os católicos, a seu ver, era devido a interferência e, de certo modo, ingerência dos aspectos religiosos. Daí, considera que os aspectos religiosos eram os principais responsáveis pela diferença de atitude face à actividade económica entre os membros das respectivas confissões religiosas.

Weber observou, de modo igual, que as famílias economicamente mais desenvolvidas e mais favorecidas pelos recursos e pela situação natural, sobretudo as sociedades mais ricas, eram aquelas que haviam aderido ao protestantismo do Séc. XVI.

Notou, também, que os protestantes demonstravam tendência específica para o racionalismo económico facto que não era notável no seio dos católicos. Por um lado, os protestantes tinham mais preferência pela formação nos institutos modernos com vista a estudos técnicos e ocupações comerciais e industriais, chegando mesmo a preencher e

ocupar postos superiores de mão de obra especializada e posições administrativas. Por outro lado, os católicos revelavam mais interesse pelos estudos que se orientassem para uma espécie de aprendizagem fornecida pelo ginásio humanístico, tornando-se, conseqüentemente, não raras vezes, em grandes mestres.

Foi no horizonte deste cenário, aparentemente “problemático”, que Weber iniciou suas reflexões, desenvolveu a ética protestante e seu conseqüente espírito capitalista e consubstanciou a explicação em torno das peculiaridades entre as tendências e/ou preferências relativamente ao tipo das actividades e dos estudos entre cristãos protestantes e católicos. A seu ver, as distinções acima evidenciadas encontram sua justificação, sobretudo, nas particularidades mentais e espirituais adquiridas no meio especialmente do padrão de educação (valores, princípios e conhecimentos) sugerida e propiciada pela atmosfera religiosa do lar e da família.

## Questionamentos fundamentais

- Até que ponto as convicções religiosas podem influenciar a actividade económica?
- De que forma certas crenças religiosas determinam o surgimento de uma mentalidade económica do *éthos* e uma forma de economia?
- Que relação implícita existe entre a profissão de fé e o sucesso económico?
- Por que razão as regiões de maior desenvolvimento foram ao mesmo tempo e particularmente favoráveis à revolução da igreja, isto é, aos movimentos da reforma?
- Ao lado de um racionalismo voltado para metas precisas e, também, ao lado de uma organização burocrática de um Estado igualmente racional corria um capitalismo industrial. Por que motivo tal forma económica se desenvolveu e prosperou somente na Alemanha e não, por exemplo, na China ou Índia?
- Será que a crença protestante, diferentemente da católica, possui algum elemento especial que educa os indivíduos para o comportamento e a ideologia capitalista, posto que na mesma realidade e/ou contexto existiam



indivíduos que não possuíam nenhum interesse em acumular capital e nem estavam voltados para a posse de mais dinheiro que o necessário para a própria sobrevivência?

- Por quais pretextos existem povos que apesar de abençoados com a riqueza de matérias primas e minérios em seu solo não concebem um capitalismo como o conhecido no ocidente europeu?

Weber, com o intuito de responder adequadamente a este rol de questões, montou a sua resposta editando um conjunto de ensaios publicados em 1905, conhecidos, mais tarde, pelo título *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Assim, para o processo de solução das questões optou pela via das correlações do *ethos* económico moderno com a ética racional do protestantismo ascético. Dito em outras palavras, a explicação do aparecimento exclusivo do capitalismo moderno no ocidente foi feita com base na dimensão ética das crenças religiosas, ou seja, teve-se a justificativa das formas económicas a partir das formas ou ideias espirituais.

## **Matriz da ética de Weber**

### Moderno capitalismo ocidental

De qualquer forma há necessidade de referir que o capitalismo foi a forma mais significativa de toda a vida moderna e, simultaneamente, a organização racional do trabalho livre, o traço típico e decisivo do moderno capitalismo ocidental.

O moderno capitalismo ocidental, com o seu êthos, isto é, o seu carácter ou espírito, e ainda a ética protestante são caracterizados por Weber de uma forma tipológica. Em razão disso, convém salientar que

considera a existência de várias formas de capitalismo. Entende que o capitalismo se encontrou presente em diversas conjunturas históricas” (...) define a acção económica capitalista como sendo a que se baseia na expectativa do lucro através da utilização da possibilidade de troca, ou seja, de possibilidades formalmente pacíficas de lucro (WEBER, 1983, p. 14).

Desta forma assume e esclarece que a procura de lucro não define nem pode definir o fenómeno capitalista. Assevera que o instinto de lucro não tem nada a ver com

o capitalismo, posto que corresponde a uma disposição e aspiração universal e intemporal. Deste modo, traz e inaugura uma concepção nova ao declarar o seguinte: “entende que o capitalismo pode mesmo ser identificado com a sujeição ou pelo menos com um refrear racional desse impulso irracional, representando-se melhor pela procura da rentabilidade” (WEBER, 1983, p. 14). Ainda a este respeito, observa que

onde o lucro capitalista é procurado racionalmente, a acção correspondente é orientada segundo um cálculo de capital. Esta acção encontra-se subordinada a uma utilização planificada das prestações materiais ou pessoas, de tal modo que o valor final do empreendimento, contabilizado monetariamente no final do período económico, ou valor monetário do activo avaliado periodicamente, no caso da actividade empresarial contínua, deve exceder o capital, ou seja, o valor dos meios de produção materiais utilizados para a aquisição através da troca (Id.).

Por conseguinte, adverte que não importa se esse cálculo se aplique a troca *in natura*, porquanto o que, na verdade, importa é que se encontre presente “uma contabilização de capital em dinheiro, seja através de uma contabilidade moderna, seja através de um modo primitivo e superficial” (Id.).

Há que determinar que a existência do cálculo (balanço) acima referenciado é então fundamental para definir a empresa ou o empreendimento capitalista racional se se tomar em linha de conta que o seu grau de racionalidade pode ser viável e variável de acordo com o carácter mais ou menos exacto e mais ou menos primitivo desse mesmo cálculo. É conforme este raciocínio que Weber afirmara ter existido “capitalismo” e empresas capitalistas em várias regiões do mundo e em diversas épocas históricas. Logo, é legítimo afiançar que “a empresa e o empresário capitalistas são antiquíssimos e estavam universalmente difundidas não só como fenómenos ocasionais, mas como actividades permanentes” (GIDDENS, 2017, p.71). De modo igual, comerciantes de vários tipos e especuladores diversos sempre existiram em todo o mundo, mesmo no mundo ocidental moderno. Contudo, tão-somente neste último se assiste paralelamente a “uma nova forma de capitalismo, até então desconhecido – a organização racional capitalista empresarial de trabalho formalmente livre” (WEBER, 1983, p. 21), isto é, assente no trabalho livre.

De facto, esta forma de capitalismo manifesta-se normalmente em empresas racionais orientadas “para um mercado regular e não para oportunidades políticas de especulação irracional” (WEBER, 1983, p. 21), e seu desenvolvimento encontra-se dependente de dois factores, a saber:

- A separação entre o grupo familiar e empresarial (separação não somente espacial mas sobretudo jurídica dos respectivos patrimónios).
- Contabilidade moderna racional.

Ora, os factos colocam em evidência que, estes dois factores só ganharam todo seu significado quando se relacionaram com a organização capitalista do trabalho livre.

No seguimento do que se acabou de referir, interessa agora ressaltar que Weber apontara a existência de um conjunto amplo de factores que, em larga escala, impulsionaram e determinaram tanto o aparecimento quanto o desenvolvimento deste moderno capitalismo ocidental, dos quais importa citar os seguintes:

- O desenvolvimento proporcionado pelas ciências modernas em especial as ciências naturais exactas e racionais, assentes na matemática e na experimentação.
- As actividades económicas.
- Os próprios interesses capitalistas que, inequivocamente, facilitaram o domínio das classes dos juristas no âmbito do direito e da administração.
- O carácter espiritual (a religião e as suas respectivas crenças) que directa ou indirectamente pôde determinar as características da mentalidade económica, isto é, deu origem a um *êthos* económico particular, neste caso, o espírito do capitalismo.

## Espírito do capitalismo

De certo modo os ditames que o espírito do capitalismo prega não são e nem podem ser considerados simplesmente uma subtil técnica de vida mas um tipo de ética peculiar fundamentalmente assumida e tratada como dever. Sem dúvida, o que ela

preconiza não é um bom senso comercial mas sim um *êthos*, aceite, legitimado e adoptado na condição e qualidade de carácter ético de máxima orientação de vida.

De um modo geral, o espírito do capitalista coloca todas as atitudes morais sob o ponto de vista do utilitarismo. Todavia, seguindo o espírito do capitalismo é possível verificar que

o *sumnum bonum* desta ética, a obtenção de mais dinheiro combinada com o estrito afastamento de todo gozo espontâneo de vida é, acima de tudo, completamente destituída de qualquer carácter eudemonista ou mesmo hedonista, pois é pensado tão puramente como uma finalidade em si, que chega a parecer algo superior a felicidade ou utilidade do indivíduo, de qualquer forma totalmente transcendental e simplesmente irracional (WEBER, 1983, p. 33).

Habitualmente, na maior parte das sociedades, os indivíduos são dominados por orientação que lhes conduz à produção do dinheiro e aquisição do mesmo, chegando mesmo a encerrar o dinheiro como finalidade última das suas vidas. Porém, no contexto em alusão, a aquisição económica não mais é tida como estando subordinada ao homem no sentido de meio capaz de unicamente satisfazer suas necessidades materiais. No entanto, esta inversão que poder-se-ia chamar de relação natural, tão irracional de um ponto de vista ingénuo é evidentemente um princípio orientador do capitalismo, tão seguramente quanto ela é estranha a todas sociedades fora da influência capitalista.

Desde já, é conveniente o entendimento segundo o qual, de acordo com Weber, o espírito capitalista é indicado como ““um indivíduo histórico” é também “um estilo de vida norteado por conjunto de normas e surgido num quadro de uma ética”” (AA. VV, 1995, p. 199) que encontrou vários tipos e formas de resistência ao longo do seu desenvolvimento, sendo o maior e principal adversário defrontado o tradicionalismo económico. O caso pensado e escolhido por Weber para servir de ilustração a este depoimento foi o exemplo do “trabalhador que não deseja ganhar cada vez mais dinheiro, mas simplesmente viver como está habituado e ganhar apenas o necessário para isso” (Id.).

Isto posto, é aqui oportuno, ressaltar que foi o tradicionalismo que se opôs ao espírito de estrita economia, de autodomínio e sobriedade, à concepção do trabalho como

responsável, como objectivo em si mesmo, como vocação (*beruf*), isto é, ao espírito do capitalismo.

Daqui segue-se também que Weber estimou que no início dos “tempos modernos” os principais portadores do espírito do capitalismo não se encontravam particularmente entre os empresários capitalistas comerciais, mas entre as camadas ascendentes da classe média industrial. Tal constatação, implícita e somente aparentemente leva a que de forma errada se pense que se está perante uma contradição entre o espírito do capitalismo e o próprio capitalismo. Contudo, Weber esclarecera que entre estes dois fenómenos existe sim uma relação de adequação e não de necessidade. Portanto, resulta claro que,

é certo que a forma capitalista de uma empresa e o espírito com que é conduzida se encontram geralmente numa relação de adequação, mas numa interdependência necessária. E, se apesar disso, utilizarmos aqui, provisoriamente, para este estado de espírito que visa uma forma racional, sistemática e legítima um ganho através do exercício de uma profissão (...) a expressão do espírito moderno, fá-lo-emos por razões históricas, dado que este estado de espírito encontrou a sua forma mais adequada na empresa capitalista moderna, tendo esta, por seu lado, encontrado neste espírito a sua força motriz mais apropriada. Mas os dois fenómenos podem ser considerados, separadamente (AA. VV, 1995, p. 199).

É por isso claro que, partindo da perspectiva acima exposta, a irrupção violenta do espírito do capitalismo na vida económica e, em particular, na empresa capitalista moderna constitui uma verdadeira revolução, tendente a modificar todo o tipo de práticas económicas tradicionais.

Se o que se acabou de afirmar é verdade, então dessas considerações, com maior razão, pode-se pensar que os representantes do espírito do capitalismo não tiveram um processo pacífico ao tentarem implementá-lo, pelo contrário, provavelmente teriam começado por recolher uma repulsa associada ao ódio e à desconfiança e, até mesmo, indignação moral por parte de todos os que ainda se apegavam às condutas tradicionais. Entretanto, presumivelmente, somente as suas qualidades éticas bem determinadas e fortemente desenvolvidas teriam permitido, por um lado, obter o apoio de trabalhadores e clientes e, por outro lado, impor a sua regra no mundo de negócio como condição de sobrevivência geral.

Ademais, resulta manifesto que, a imagem que Weber fornece relativamente ao espírito do capitalismo é, precisamente, a de um fenómeno insidioso e dotado de uma extraordinária capacidade de expansão e sobrevivência. Deixa claro, também, que o capital, ou seja, a sua acumulação de forma nenhuma constitui o motor do capitalismo, mas este papel coube antes ao espírito do capitalismo. Igualmente, adverte que todo o empresário animado pelo espírito do capitalismo reconheceu a aversão de todos aqueles que viam como objectiva a demanda pelo ganho, porquanto lhes custara aceitar qualquer actividade lucrativa sem objectivo *a priori* de fruição.

## Crenças Religiosas

De facto, é nesta busca de compreensão do espírito do capitalismo onde, diante do desenvolvimento exclusivo do sistema económico capitalista moderno no mundo ocidental enquanto expressão do avanço do racionalismo no ocidente, Weber recorrendo a um quadro analítico restrito, de que constam as principais crenças religiosas mundiais, coloca em evidência a relação causal existente entre essas crenças, em particular na sua dimensão ética, e as condutas económicas.

Observe-se que, neste cenário, as crenças religiosas são tidas como aquelas que surgem e se apresentam como elemento formador das mentalidades económicas afectando, desse modo, os comportamentos que se desenvolvem na esfera da acção humana. Decorre daqui o facto de Weber reconhecer e respeitar a influência de múltiplos factores e fenómenos historicamente circunscritos no âmbito religioso, porquanto intervêm de forma significativa na formação das crenças religiosas, às quais, a seu ver, afectam a capacidade e a disposição dos homens para determinadas formas de conduta prática racional.

É salutar perceber que em Weber a preocupação mais geral foi a detecção do tipo de relação racional económica que terá começado a dominar o ocidente a partir dos Sécs. XVI e XVII, como parte da racionalização burguesa, para o reconhecimento e explicação do carácter específico do racionalismo ocidental, em particular das formas modernas que

tiveram como base de sustento um factor de ordem religioso espiritual. A bem dizer, conforme Weber, “o ocidente registou todo um conjunto de fenómenos culturais (nas esferas da ciência, das artes, da política e da economia), que não tiveram equivalente noutras sociedades e tudo isto graças a um racionalismo, moldado na cultura ocidental” (WEBER, 1992, p. 54).

## **A ética protestante como base religiosa do ascetismo secular**

O ascetismo é a característica básica do calvinismo e outras denominações religiosas protestantes do qual o luteranismo perentoriamente manteve distância. Efectivamente, o ponto de partida para a explicação do ascetismo como conduta ética consiste na ideia de vocação, levando-o a ser entendido e assumido como tarefa imposta por Deus, isto é, como dever. Todavia, bem analisado, admite-se que a mais importante e significativa novidade introduzida por esta doutrina religiosa, sobretudo no plano ético ascético, prende-se com o facto de considerar e valorizar o cumprimento do dever no quadro da actividade temporal como acção ética mais elevada.

Por conseguinte, é útil e oportuno evidenciar que para Weber

o conceito vocação traduz o dogma central de todas as seitas protestantes, para as quais o cumprimento no mundo, dos deveres que decorrem do lugar do indivíduo na vida social, o que constitui a sua vocação, corresponde a único modo de vida aceitável por Deus, o que exclui a ascese monástica (AA. VV, 1995, 201).

Assim, para Weber não resta dúvida de que esta qualificação ética da actividade profissional temporal foi um dos resultados mais importantes da reforma.

De qualquer modo, o importante a reter, por ora, e que está contido, implícita ou explicitamente no pensamento ético protestante é que o ascetismo secular toma a profissão como o terreno em que cada crente se certifica de sua salvação, pois adere a concepção da profissão como vocação divina de que resultará a racionalidade da conduta (ascese secular) dos seus crentes.

Com efeito, duas observações se fazem necessárias no que concerne ao assunto em análise. Em primeiro lugar, o eixo central da análise weberiana da ética protestante

respeita a relação entre a necessidade da comprovação da salvação e conceito de vocação. Em segundo lugar, a ética ascética é, na perspectiva de Weber, a que está na base da própria evolução do espírito do capitalismo.

É precisamente no exame das bases religiosas do ascetismo secular que Weber considera a existência de quatro tipos de representantes históricos do protestantismo ascético, a saber: calvinismo, pietismo, metodismo e seitas baptistas. A unicidade, portanto, destes quatro tipos reside no facto de aspirarem o mesmo padrão de conduta ética, proporcionando, dessa forma, uma revolução e renovação nesse campo. Revela-se, assim, que apesar das suas diferenças dogmáticas é notório que a preocupação ética é comum na medida que se encontram ligadas às mesmas preocupações.

## **Traços típicos do protestantismo ascético**

### Decreto da predestinação

Consoante tal decreto,

apenas para a revelação ou autoglorificação da sua majestade e em louvor da sua graça soberana e justiça gloriosa, e independentemente de previsão de boas acções e perseverança na fé, ou de qualquer outro aspecto das criaturas humanas, Deus, decretando sobre a sorte de todas elas, predestinou algumas à salvação, e outras à morte eterna. Acima da justiça terrena e completamente livre nas suas decisões eternas, só Deus, poder objectivo intervém sobre o destino das criaturas, sendo absurdo imaginar que o valor pessoal, o mérito ou a culpa possam afetar esse destino (AA. VV, 1995, 203).

Para Weber este decreto “na sua patética imunidade” trouxe como principal consequência, sobretudo aos que nela acreditavam vivamente, o sentimento do isolamento interior individual inaudito, posto que nem mesmo Deus podia ajudar o homem já que Cristo tão-somente morrera pelos eleitos, assim como nenhum pregador ou sacramento poderia ajudar ou modificar o seu destino solitário. Conforme este decreto, a vontade salvífica de Deus é absolutamente gratuita, independe e transcende, e sendo assim dispensa todo e qualquer tipo de cooperação humana, ou seja, não supõe nenhuma colaboração da criatura humana.

### Decreto sobre a relação Deus e os homens



Este decreto, para seu melhor entendimento, pode ser desdobrado nas seguintes proposições:

- “a amizade e ajuda humanas só merecem a desconfiança, (ao contrário de Deus, o único merecedor da confiança dos homens), sendo que tudo o que puramente é de ordem carnal é marcado pela insignificância” (Ibid., p. 204).
- “o homem é apenas instrumento de Deus, isto é, não é este que existe para os homens, sendo apenas verdadeiro o seu inverso – Deus criou o mundo para a sua própria glória e é exclusivamente para a sua glória que os homens devem trabalhar, independentemente do destino eterno que se lhes encontra reservado” (Id.).
- “Deus criador e onipotente é absoluto e transcendente encontrando-se separado de toda a criatura por um abismo intransponível – os seus desígnios são insondáveis, inacessíveis aos homens, salvo de ser sua vontade revelá-los, uma vez que as suas decisões são de impossível investigação” (Id.).

## Decreto da vocação eficaz

Este decreto traduz-se no facto de que “Deus chama eficazmente todos os que se destinam à salvação, renovando-lhes a vontade e destinando-lhes pela sua vontade onipotente o que é bom” (AA. VV, 1995, 204). Na perspectiva de Weber este decreto ganha relevância e destaque posto que se entende como aquele que leva à recomendação do trabalho profissional incessante, como um método que constitui o meio mais eficaz para se obter a certeza da salvação.

Há que considerar, neste contexto, que estes três traços tidos como decretos, em certa medida, deixam claro que a conduta ética ascética não se resumia apenas num simples conjunto de actos isolados e ocasionais, mas constitui, antes de mais, um autocontrolo constante e sistemático. Ainda neste enquadramento, pode-se, também, dizer que foi nesta forma de racionalização sistemática da vida que se constitui a ascese secular tipicamente protestante. Importa, outrossim, lembrar que a tarefa principal desta

ética ascética secular, para além da racionalidade, consistia na eliminação do prazer instintivo da vida, na libertação do homem dos instintos e subtraí-los à dependência do mundo e da natureza, submete-los à supremacia da vontade modificada, sujeitar as suas acções a um autocontrolo firme e à avaliação do seu alcance ético.

## **Racionalidade, ciência, desencantamento e ambivalência na ética de Weber**

### Relevância da racionalidade na ética de Weber

O termo “racionalidade significa o pensamento e acção que são conscientes segundo as regras da lógica e do conhecimento empírico e em que os objectivos são coerentes, reciprocamente consistentes e alcançados pelos meios mais adequados” (WEBER, 1947, p. 115). A condição de que a racionalidade é característica distintiva do homem foi o tema fundamental da filosofia ocidental durante dois séculos, e na medida em que se conduziu a uma sobrestimação do lugar e do poder da razão na sociedade humana, foi estigmatizada como a doutrina do racionalismo.

Em 1921, especialmente no *Wirtschaft und gesellschaft*, Weber foi responsável pelo uso mais extenso do termo racionalidade na sociologia, chegando a classificar a acção em quatro tipos:

- Racional em atenção aos fins (*zweckrational*), acção em que os meios escolhidos atentam a sua adequação aos fins.
- Racional em atenção aos valores (*wertrational*) em que a acção está de acordo com os padrões de valores conscientes.
- Afectiva.
- Tradicional.

Os dois últimos tipos de acção são considerados desvios em relação a acção racional.

De referir que Weber,

qualifica como racionalização a sujeição da vida social e regulamentação precisa, a extensão do cálculo exacto na economia e a aplicação dos métodos científicos

de produção e considera-a como a mais importante tendência da sociedade, apesar de ao mesmo tempo assegurar que estas características, a que chama formalmente racionais, entram frequentemente em conflito com a racionalidade material, ou a satisfação das necessidades humanas (WEBER, 1947, p. 115).

Resulta manifesto, portanto, que o uso que Weber fez do conceito racionalidade implicou a tomada dos elementos que normalmente o mesmo compreende, por exemplo: o uso da lógica, a adequação dos meios aos fins, a ligação consciente com valores e a consideração de que cada um deles é independente na sua relação com os demais valores. Deste modo, é por isso claro que, em parte, este procedimento permitiu evidenciar as possibilidades de conflito entre tais elementos (realidade que o sentido lato da racionalidade tem vindo a minimizar). De mais a mais, a consequente variedade e frequência do uso do conceito deixa dúvida se de facto ao conceito racionalidade lhe resta algum significado que seja constante, ou seja, permanente e consistente, ou, ainda, dito em outras palavras, inalterável. Contudo, neste contexto, inequivocamente, está bem claro qual é o sentido particular patente em Weber ao usar o termo, não concedendo espaço para que seja afectado pela incerteza do mesmo, livrando-o, desse modo, de possíveis equívocos que por ventura poderiam rondá-lo.

Em continuidade com as considerações acima, acresce-se ainda o seguinte facto, a racionalidade na ética de Weber defende a explicação da acção humana no contexto de razões, motivos e experiências do agente e a designação desta atitude como assunção de racionalidade. Comumente é empregue em contextos em que os objectivos, os meios disponíveis e as limitações da acção do agente necessitam de ser correctamente especificados, em vista a determinar o que é racional, isto é, como é que a realização eficiente dos seus objectivos pode ser maximizada.

De certo modo, em termos práticos, nota-se a importância e a relevância da racionalidade quando Weber, de forma peremptória, se refere a acção económica capitalista, asseverando que nela existe apropriação capitalista racionalmente efectuada, que leva a acção racional correspondente, calculada em termos de capital, entendendo-se, assim, a racionalidade como motor do grande sucesso económico do capitalismo moderno.

## Relação ética e ciência em Weber

A concepção da ciência em Weber parte de um posicionamento humilde e contingente e, por conseguinte, rejeita toda e qualquer forma de absolutismo ou de auto convicção. Conforme o seu entendimento o plano científico, isto é, a ciência, não pode ser confundida com nenhuma forma de ética. Portanto, a ciência jamais pode mostrar o que deve-se fazer, porquanto a ela cabe somente esclarecer as causas e consequências das transações humanas.

De qualquer modo, parece óbvio que, a análise e a compreensão da relação entre a ciência e a ética conduziu Weber à sua celebre distinção entre duas éticas, a saber: a ética da convicção (*gesimmungsethik*) ou da vontade pura, na qual a acção se desenvolve ou por meio de uma profissão de fé ou por meio do cumprimento de um determinado credo (seja ele político, religioso ou qualquer outro) e a ética da responsabilidade (*verantwortungsethik*) que sublinha o cuidado a ter com as consequências previsíveis ou prováveis da actividade humana.

Deste modo, partindo do pressuposto da existência e da distinção das duas éticas acima aludidas, toda a acção eticamente orientada pode ajustar-se à duas máximas diferentes entre si e opostas: pode se orientar de acordo com a ética da convicção ou da responsabilidade. Contudo, além disso, neste enfoque, convém esclarecer que de facto

há realmente uma diferença abissal entre agir segundo as máximas de uma ética de convicção, tal como a que ordena (religiosamente falando) “o cristão age bem e deixa o resultado a vontade de Deus”, ou segundo a máxima de uma ética de responsabilidade, como a que manda ter em conta as consequências previsíveis da própria acção (AA. VV, 1995, p. 104).

Ora, do exame das considerações precedentes é possível, de resto, buscar-se a explicação e/ou as razões que, efectivamente, levam a que quando as consequências da ética de convicção são más quem a executou não se sente responsável por elas, mas remete a responsabilidade ao mundo, à estupidez dos homens e à vontade de Deus, mas em contraposição na ética da responsabilidade toma-se em linha de conta os defeitos e a fragilidade do próprio homem, fruto da sua humanidade, ignorância, desatenção, etc.

## Desencantamento e ambivalência ética em Weber

Embora no nível de discurso, *a priori*, tudo se apresente de forma que pareça razoável, porém, no nível de acção a correspondência entre o discurso e a acção não se dá no passe de mágica. Weber assume que o desencantamento resulta do facto de, não raras vezes, a ética ser confundida como moral e, conseqüentemente, como aquele poder que se assemelha a capacidade que alguém possui para influenciar, por algum modo, a conduta de outrem ou, ainda, lhe impor a sua vontade. Foi em volta desta questão que Weber fez apologia da autoridade, deixando claro e bem preciso que prima por uma forma de poder relativamente estável, e tal estabilidade só será possível e continuada caso aquele poder tiver sido aceite, reconhecido e legitimado. É em função disso que a tipologia weberiana de autoridade se baseia na legitimação da mesma. É igualmente a partir desta perspectiva que Weber distingue três tipos fundamentais de autoridade, a saber: a tradicional, a carismática e a legal-racional, os quais historicamente sempre estiveram combinados entre si seja em proporções quanto em formas variadas.

- No que concerne a autoridade tradicional importa evidenciar que ela encontra o fundamento da sua legitimação no próprio costume, onde subjaz-lhe uma atitude de respeito piedoso para com o passado, de reverência para com realidades cuja origem parece perder-se, porquanto é confundido com a origem dos tempos.
- No que se refere a autoridade carismática é essencial ter presente que ela é por definição excepcional e inovadora e, mormente, encontra-se sempre associada a uma virtude, denominado carisma, que por sua vez é inseparável da pessoa que a possui.
- No que diz respeito a autoridade legal-racional, antes de mais, há que ter em linha de conta que ela se fundamenta na racionalidade, todavia, trata-se de uma racionalidade tida como a busca consciente da adequação dos meios utilizados aos objectivos em vista. É oportuno referir que Weber distingue a racionalidade com clareza e ênfase em: racionalidade por referência de valores (*wertrationalitat*) e racionalidade por referência aos fins (*zweckrationalitat*). No primeiro caso trata-se de organização

consciente de conduta de acordo ou em conformidade com o conjunto de valores que se auto justificam plenamente, considerando-se, deste modo, um conjunto de práticas como boas em si mesmas ou conforme com um ideal religioso ou político, práticas essas adoptadas sem nenhum tipo de preocupações relativamente aos resultados objectivos das próprias acções. No segundo caso a preocupação principal é a eficácia. Trata-se, por assim dizer, de uma racionalidade instrumental. Observe-se que o conjunto de práticas aqui verificadas são tidas como boas ou más não em si mesmas mas na medida em que suscitem, produzam ou, ainda, resultem em efeitos tidos como vantajosos. Em decorrência disto, convém sublinhar que

estes dois tipos de racionalidade encontram-se combinadas na conduta dos vários agentes sociais para os quais as preocupações de conformidade com o bem em si mesmo estão geralmente mescladas e bem misturadas em graus diferentes com o objectivo de eficácia (AA. VV, 1995, p. 166).

Isto posto, resta salientar que Weber expressara a opinião segundo a qual a racionalidade instrumental estivera associado ao desencantamento do mundo, embora devendo a sua origem a um movimento de intensa religiosidade – a reforma protestante.

A terminar, ressaltar que a reflexão levada a cabo teve como pretensão trazer à tona algumas considerações precípuas em torno do pensamento ético moderno de Weber, uma ética essencialmente protestante cujo substrato encontra seu ducto no espírito do capitalismo.

Em suas lucubrações, enquanto jurista, Weber foi estimulado por uma sociologia da religião de fundamentação secular e análise acurada com toda a sorte de detalhes empíricas, porém sem jamais perder de vista as inquietações centrais que o moviam nem tão pouco o raciocínio geral, fez uma convergência conveniente entre o protestantismo (calvinista) e a forma (o espírito) do capitalismo vigente.

Decerto, foi no intuito de identificar e perceber a razão de ser da condição estatística de na europa moderna os notáveis e distintos homens dos acordos e actividades comerciais ou, dito em outras palavras, das transações comerciais e estabelecimentos

comerciais, que no fundo eram os proprietários do capital, assim como os trabalhadores e colaboradores, tanto das instituições e/ou sociedades de negócios, com o nível de qualificação técnica, industrial e comercial, mais elevado eram, na sua maioria, cristãos protestantes e não católicos. Ora, da análise e dos estudos feitos a respeito concluiu que, entre outros factores, o factor primordial que explicava a sua inquietação (relação entre o protestantismo e o racionalismo económico) era a natureza específica das crenças protestantes. Outrossim, notou que enquanto a doutrina católica ainda continuava muito mais condicionada por dogmas, em contrapartida, a doutrina protestante já havia revelado muito mais distância e, por assim dizer, havia atingido um certo nível de libertação relativamente a muitos dogmas que até então prevaleciam no seio da doutrina católica o que permitiu que tivessem maior abertura para o capitalismo.

Com efeito, em termos teóricos máxime práticos, Weber assumiu que o capitalismo foi sentido e vivido de diversas maneiras, todavia, de modo particular e único no ocidente, onde manifestou traços, ritmo e significado ímpares. Entretanto, com base no seu entendimento definiu, assim, a acção capitalista como procurada no lucro através do uso de troca e possibilidades pacíficas de lucro sempre orientadas de modo racional. Deste modo, encarou o capitalismo no interior de um processo no qual ele seria o produto de uma activa consciência religiosa e espiritual. Percebeu que faz parte da ética do capitalismo ganhar sempre mais dinheiro, sob rígida óptica de evitar, o máximo possível, que isso seja encarrado como pura meta pessoal, o que seria eticamente repreensível lucrar com a posição vantajosa e divulgar ideias pessoais.

Apesar de Weber ter enfrentado algumas limitações nos seus trabalhos, sem dúvida, suas teses desempenharam e têm vindo a desempenhar funções importantes sempre que se trata de exportar o capitalismo para os países menos desenvolvidos. Porém, algumas questões pertinentes se impõem, por exemplo: o quê acontece ou pode acontecer quando o capitalismo atinge um país cujo cidadãos estão desprovidos de um pensamento económico metódico, racional e viável? Seria sensato transmitir um sistema a um povo cujo Deus supostamente ordene uma ética económica e uma disciplina de trabalho completamente diferentes? Estas questões também constaram no leque das preocupações de Weber e estão reflectidas na obra *A ética económica e as religiões mundiais*. Em sua

opinião afirmara que as religiões que exigem um ser contemplativo, como é o caso do budismo, não constituem nenhuma estrutura fértil para a implantação do espírito do capitalismo.

Isto posto, impõe salientar que *A ética protestante e o espírito do capitalismo* é susceptível de ser interpretada como uma reflexão sobre modos pelos quais uma prática religiosa poder estar na base de um feixe causal de emergência capitalista mas contrário a seus princípios.

## Bibliografia

AA.VV. **Logos enciclopédia luso-brasileira de filosofia**. Vol. 2, Ed. Verbo, São Paulo – Lisboa, 1999.

AA.VV. **Dicionário de língua portuguesa contemporânea**. Vol. 2, Ed, Verbo, Braga, 2001.

AA, VV. **Sociologia**. Ed. Mc. Graw – Hill, Portugal, 1995.

ALMEIDA, João Ferreira. **Alguns problemas de teoria de classes sociais**. Ed. Presença, Lisboa, 1990.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Ed. Dom Quixote, Lisboa, 1991.

BAURMER, Franklin L. **O pensamento europeu moderno**, Vol. 2-3, Ed. 70, Lisboa, 1990.

FREUDND, Julian. **A sociologia de Max Weber**. Ed. Florence, São Paulo, 1990.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**, Ed. Presença, 2017.

BRAGA DA CRUZ, Maria. **Teorias sociológicas: os fundadores e os clássicos**. Vol. 1, Ed. F. C. Gulbenkian, Lisboa, 1989.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Ed. Presença, Lisboa, 1983.

\_\_\_\_\_. **Ensayos sobre sociologia de la religion**. Vol. 1-3, Tourws ediciones, Madrid, 1992.

\_\_\_\_\_. **Sobre as teorias das ciências sociais**. 3ª ed., Ed. Presença, Lisboa, 1979.



\_\_\_\_\_. **The Theory of social and economic organization.** Oxford University Press, New York, 1947.